



Daniela Silveira\*

# Políticas Culturais I

*“Com a Revolução de 74 e o subsequente processo de democratização, a cultura emergiu como um espaço de liberdade e de renovação social. O Estado, numa tentativa de corrigir as desigualdades impostas pelo regime anterior, passou a adoptar políticas que visavam democratizar o acesso à cultura e incentivar a produção artística independente.”*

A Constituição da República Portuguesa consagra no seu artigo 78.º o “Direito à fruição e criação cultural” como um direito fundamental. Esta disposição vai mais longe e diz mesmo que “1. Todos têm direito à fruição e criação cultural, bem como o dever de preservar, defender e valorizar o património cultural. 2. Incumbe ao Estado, em colaboração com todos os agentes culturais: a) Incentivar e assegurar o acesso de todos os cidadãos aos meios e instrumentos de acção cultural, bem como corrigir as assimetrias existentes no país em tal domínio; b) Apoiar as iniciativas que estimulem a criação individual e colectiva, nas suas múltiplas formas e expressões, e uma maior circulação das obras e dos bens culturais de qualidade; reflete a importância da cultura na formação da identidade nacional e na realização pessoal e colectiva dos cidadãos. No entanto, a concretização deste direito, na prática, tem sido objeto de um debate sobre a forma como as políticas culturais são implementadas no país, em particular na região, face à crescente dominância do Estado no sector e à frágil dinâmica entre os sectores público, privado e associativo.

Durante o Estado Novo, a cultura era vista como um instrumento de propaganda e controle ideológico, com o regime salazarista a fomentar uma visão autoritária e centralizada da produção e fruição cultural. A censura e a manipulação dos meios culturais eram comuns, e o acesso a formas culturais alternativas ou de contestação ao regime era severamente limitado.

Com a Revolução de 74 e o subsequente processo de democratização, a cultura emergiu como um espaço de liberdade e de renovação social. O Estado, numa tentativa de corrigir as desigualdades impostas pelo regime anterior, passou a adoptar políticas que visavam democratizar o acesso à cultura e incentivar a produção artística independente. Foram criadas instituições culturais públicas, e o subsídio financiamento - sobre a dicotomia subsídio/financiamento/apoio/investimento falaremos em momento oportuno - cultural tornou-se instrumento fundamental para o apoio à criação. Os agentes culturais são “contratados” para realizar o que o Estado não consegue, assegurando assim o cumprimento do dever constitucional de garantir o acesso e a fruição da cultura a todos os cidadãos. Assim como acontece em outros sectores como a saúde, educação, onde o Estado financia o sector privado.

O Estado, sobretudo representado pelos municípios, tornou-se o maior concorrente do sector privado cultural em Portugal devido a uma combinação de factores estruturais e políticos que desequilibram o ecossistema cultural. Há uma falta de regulação clara que delimite o papel dos municípios na promoção cultural em relação ao sector privado. Em vez de apoiar o desenvolvimento de um sector privado forte, as políticas culturais municipais tendem a ser mais voltadas para a produção directa utilizando recursos financeiros públicos, espaços e infraestruturas, sem pressão de obter retorno económico, que o sector privado enfrenta. Isto coloca as iniciativas privadas, que dependem de bilheteira, patrocínios e apoios esporádicos, numa situação de desvantagem. Trocando por miúdos, o Estado não só financia directamente boa parte da produção cultural, como compete com iniciativas privadas. Isto levanta questões sobre a equidade e a sustentabilidade de um modelo em que o **próprio Estado é, simultaneamente, regulador, financiador e produtor.**

As indústrias culturais e criativas (ICC) têm um impacto económico crescente na Europa, representando cerca de 4,4% do PIB da União Europeia e empregando mais de 12 milhões de pessoas, segundo um estudo da Ernst & Young (2019). Relatórios da Comissão Europeia, como o “Mapping the Creative Value Chains” (2017), sublinham a importância das ICC na inovação e na revitalização de cidades, destacando o seu papel central na economia digital. Contudo, as ICC enfrentam desafios financeiros significativos, como apontado pelo “Creative Europe” (2021), ape-

sar do seu potencial de crescimento e capacidade de promover diversidade cultural e inclusão social. Este sector não é apenas uma força motriz da economia, mas também um agente de transformação social e inovação. As ICC são um dos maiores empregadores da Europa, ultrapassando, pasme-se, sectores como a construção e a indústria automóvel.

Por cá, entidades como o **Observatório de Turismo dos Açores e a Direção Regional da Cultura** têm promovido relatórios e dados que destacam o potencial do património cultural e das ICC na região, especialmente no que diz respeito à atracção de turismo cultural e ao papel das tradições e artes locais. Além disso, o **Governo Regional dos Açores**, ao longo dos anos, tem reconhecido, embora timidamente, o potencial das ICC, mas os dados sobre o impacto económico directo ainda são escassos e fragmentados. Mas sabemos que o dinheiro investido nos agentes culturais fica na região sob a forma de dormidas, restauração, serviços técnicos especializados e deslocações aéreas.

Tal como os agricultores, pescadores e empresários desta região têm reivindicado e gritado aos sete ventos pelos pagamentos dos apoios, os agentes culturais têm também o direito a reclamar o que lhes é devido por lei. Têm enfrentado uma constante batalha contra um governo que não cumpre com as suas obrigações legais e financeiras. No caso da cultura, os processos de apoio e financiamento além de estarem regulados por decreto legislativo regional, são escrutinados por júris independentes. A questão levantada, no último plenário da Assembleia Regional dos Açores, sobre o atraso de pagamentos à cultura, foi a de que os apoios que são atribuídos, já publicados em jornal oficial, não são pagos. Não se compreende o histerismo de alguns parlamentares em vir falar de bugalhos quando estamos a falar de alhos. E mais uma vez pessoas não habilitadas querem impor modelos e visões pessoais, quando sabem que para o fazerem têm de utilizar um instrumento que está apenas e só ao seu alcance, a lei, com a chatice democrática de terem de ter uma maioria que aprove a sua visão.

A cultura não é um reduto de direita nem de esquerda, é um direito fundamental plasmado na nossa constituição. E a lei é para cumprir, por todos, sem excepção.

Os agentes culturais açorianos têm vindo a profissionalizar-se cada vez mais, tornando-se parceiros de excelência, dos governos e dos municípios, no desenvolvimento da cultura regional. Estes profissionais investiram anos e recursos significativos na sua formação académica, acumulando conhecimento e experiência essenciais para a valorização do património cultural dos Açores.

Não se pode falar de um modelo cultural nos Açores, porque o que temos, em primeira instância, é a ausência de uma política cultural estruturada e orientada para a valorização das competências e da criatividade que impede o crescimento sustentável deste, e de qualquer, sector. Enquanto este governo continuar a manipular a realidade e a tratar a cultura como bode expiatório dos maus resultados políticos e como uma área secundária e desvalorizada, continuaremos a ficar para trás no panorama europeu - tal como a nossa agricultura, tal como a nossa educação, tal como as nossas pescas, tal como todos os outros sectores.

Os agentes culturais estão atentos. Educados e conscientes dos seus direitos, não se deixam manipular e instrumentalizar por aqueles que procuram nivelar por baixo o debate sério. Os agentes culturais desta região, que valem menos de 1% do orçamento regional, estão determinados a resistir e a defender a dignidade e o valor do seu trabalho.